



» Podcast do Correio | RONALDO FONSECA | CANDIDATO AO SENADO

Em entrevista, candidato defende mandato para ministros do Supremo, reforço da fiscalização do Executivo e proteção ao FCDF

“Defendo uma reforma para o STF”

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

A edição do Podcast do **Correio**, realizada ontem, recebeu o candidato ao Senado pelo PSD, **Ronaldo Fonseca**, que foi deputado federal por dois mandatos e ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República durante o governo de Michel Temer. Em conversa com as jornalistas Ana Maria Campos e Sibele Negromonte, o candidato apresentou propostas de campanha que incluem mudanças no Supremo Tribunal Federal (STF), o fortalecimento do papel do Senado e a defesa dos interesses do Distrito Federal no Congresso. Confira os principais trechos.

O senhor publicou nas redes sociais que defende uma “reforma já do STF”. Em que consistiria essa reforma?

Essa é uma das minhas propostas de campanha. Mas essa discussão não é nova para mim. No meu segundo mandato como deputado federal, eu já fazia esse movimento na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, da qual sempre fui membro, inclusive por ser advogado. Na época, assinei todas as PECs que propunham, por exemplo, a criação de mandato para ministros do Supremo. Muito antes dessa discussão ganhar a dimensão que tem hoje, eu já era crítico do ativismo judicial.

Além do mandato para os ministros, que outras regras o senhor defende mudar na estrutura do Supremo? A forma de indicação também deveria ser alterada?

Eu tenho 10 propostas que quero debater no Senado. Obviamente, não acredito que todas elas serão aprovadas, mas precisamos discutir, por exemplo,

critérios para a escolha dos ministros. Hoje, a discricionariedade é do presidente da República. Vamos tirar isso dele? Não. Vamos deixar que o presidente escolha, mas a partir de uma lista de seis nomes elaborada pelo STJ, com juristas, que seria encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, para um filtro que chegaria a três nomes. Ai, esses três seriam levados ao presidente. Em relação ao mandato, por exemplo, eu votei a PEC da Bengala. Hoje, não votaria mais. Eu proponho um mandato de oito anos. Estou entrando, também, no debate sobre regras para o impeachment dos ministros. O artigo 52 da Constituição dá ao Senado, na minha avaliação, competência para exercer o controle externo do STF. O problema é que esse poder fica concentrado nas mãos do presidente do Senado. Minha proposta é que esses pedidos comecem pela CCJ, com 27 membros, onde haveria discussão e audiência pública. Depois, qualquer que seja o resultado, o pedido seria encaminhado ao presidente do Senado, com prazo fixo para levá-lo ao plenário.

Ed Alves/CB/D.A Press



Assista à entrevista na íntegra

O senhor foi ministro do governo Temer, que indicou Alexandre de Moraes para o STF. Na sua avaliação, foi uma indicação acertada?

Eu me lembro da indicação do Alexandre de Moraes. Ele era ministro da Justiça e meu colega de ministério. O que eu coloco como problema não é a indicação em si. Moraes tinha currículo: foi secretário de Segurança de São Paulo, é oriundo do Ministério Público e professor constitucionalista. O que proponho é mudar essa sabatina. É preciso analisar o currículo, o patrimônio e os possíveis conflitos de

interesse do indicado. Se a esposa ou o filho tem escritório de advocacia, por exemplo, o indicado não deveria ser aprovado. O STF, hoje, é uma Corte política também, e proponho que passe a ser uma Corte constitucional.

O senhor aceitou ser candidato ao Senado na reta final. Estava se preparando para ser candidato a deputado federal, mas recebeu um apelo do PSD para disputar o Senado. Por que fez essa escolha?

Estou apostando na minha experiência. O Senado é a

chamada Câmara Alta e, na minha visão, deveria exercer mais essa função. No Brasil, Câmara e Senado acabam disputando a autoria e a tramitação de projetos. Acho que os projetos deveriam começar na Câmara, e o Senado deveria exercer mais o papel de revisão. Quero levar para o Senado minha capacidade de articulação e diálogo. Quero recuperar, principalmente, o poder de fiscalização do Senado. Não dá mais para o Senado ser um puxadinho do Planalto. Câmara e Senado viraram, muitas vezes, uma plataforma para a internet. Parlamentares sobem à tribuna para fazer discursos e aumentar seguidores, e o Senado, que já foi uma Casa de muito respeito, perdeu parte desse papel. Hoje, vemos projetos e propostas que, na minha avaliação, acabam brincando com a sociedade.

O Fundo Constitucional do Distrito Federal volta a ser alvo de mudanças. Como o senhor avalia essa situação, especialmente como candidato ao Senado por Brasília?

Brasília precisa tomar muito cuidado. O Distrito Federal tem oito deputados federais e três senadores, enquanto são 513 deputados e 81 senadores no país. Eu fui um dos que seguraram, na CCJ, propostas para derrubar o Fundo Constitucional. Hoje, o fundo é de cerca de R\$ 28 bilhões e já temos uma trava, com a mudança no índice de correção

e um escalonamento para atualizar os valores. O GDF, inclusive, recorreu ao Supremo contra a lei complementar aprovada. Se continuar dessa forma, Brasília pode perder cerca de R\$ 1,8 bilhão por ano. O Fundo Constitucional é fundamental para Brasília, principalmente para segurança, saúde e educação. O problema é que oito deputados e três senadores precisavam enfrentar os parlamentares do restante do país que querem reduzir esses recursos.

O Distrito Federal está no centro das discussões sobre o Banco Master, já que o BRB também está envolvido. Como o senhor avalia essa situação?

O BRB ia muito bem antes de Daniel Vercaro se tornar correntista. Depois que ele passou a ser cliente do banco, deu no que deu. Inclusive, quero, no Senado, tentar ajudar a resolver esse problema. Eu defendo que quem trouxe prejuízo ao BRB seja responsabilizado e pague pelo que fez. Mas não podemos perder o BRB. Acho que o governo federal terá que entrar, depois de expurgar o problema, identificar os responsáveis e recuperar os prejuízos. Não acredito que isso vá terminar em pizza. No Senado, quero ser um porta-voz do diálogo entre o GDF e o governo federal. Eu tenho facilidade para dialogar com a esquerda e com a direita, embora seja de centro-direita, e acredito que minha experiência pode contribuir nesse processo.

ELEIÇÕES 2026

Corrida ao Senado na reta final

Carlos Silva/CB/D.A Press



Érika Kokay se reuniu com advogados e juristas

» CARLOS SILVA
» IAGO MAC CORD

Na reta final da corrida eleitoral, os candidatos ao Senado Federal pelo DF reforçam alianças e apresentam propostas aos eleitores. Entre caminhadas, reuniões com entidades de classe e atos públicos, os concorrentes que tiveram agenda ontem priorizam temas como segurança pública, pautas sociais e demandas locais.

Em encontro com juristas e advogados, ontem, Érika Kokay propôs ampliar a participação da população nas discussões sobre o orçamento público e fortalecer a organização popular nos territórios. Ela criticou o que classificou como captura dos recursos públicos por interesses políticos e defendeu a mobilização social para além das eleições.

“Este país precisa ter no povo brasileiro o povo que tome conta da discussão que está sendo feita sobre o orçamento”, afirmou. Na avaliação da candidata,

o direcionamento das verbas tem servido como instrumento de negociação política e de obtenção de apoio eleitoral.

“O orçamento foi capturado e transformado em moeda de troca para, de uma forma diferente e contemporânea, fazer as compras de votos”, declarou. Kokay criticou o orçamento secreto e comparou a prática a mecanismos políticos da República Velha.

A candidata também defendeu que a população se aproprie das discussões que afetam suas comunidades e mantenha a atuação política após o processo eleitoral. “É preciso aumentar a organização popular, que o povo possa se apropriar do seu território e se apropriar de discussões que são fundamentais”, disse.

Para Kokay, essa organização deve reunir conhecimentos e práticas das comunidades para construir espaços de resistência e defesa da vida. “Territorializar é trançar. É trançar saberes, trançar fazeres, trançar conhecimentos”, afirmou.

Ana Carolina Alves/CB/D.A Press



Sebastião Coelho defendeu as forças de segurança

Recomposição

Já o candidato Sebastião Coelho (Novo) esteve na Caixa de Benefícios da Polícia Militar do Distrito Federal (CABE/PMDF). Durante a visita, o ex-desembargador relembrou sua atuação como juiz titular da Auditoria Militar e defendeu a recomposição urgente do efetivo da corporação. “Como é que aumenta a população e diminui o número daqueles que vão cuidar da vida de todos nós?”, questionou o postulante ao defender o fortalecimento das forças de segurança do DF.

Ao relembrar o período em que foi juiz titular da Auditoria Militar, afirmou ter acompanhado de perto as dificuldades enfrentadas por policiais que respondem a processos. “Nós não estamos tratando mais aqui do regulamento militar. Esse já foi rompido. Nós estamos tratando agora de um crime que está sendo atribuído ao militar. Então, a visão tem que ser outra”, relatou.

Coelho afirmou que, caso seja eleito, pretende atuar no Senado em defesa da segurança pública e das forças policiais. “Assumo esse compromisso com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, com a segurança do Distrito Federal, de ser realmente um parceiro com a segurança, porque a nossa é benefício da nossa população”, disse.

O candidato também reforçou críticas ao STF e adiantou as prioridades de seu eventual mandato. “Meu primeiro ato de muitos outros será a anistia para (ex-presidente) Jair Bolsonaro e todos presos do 8 de Janeiro. E o segundo ato é tirar Alexandre Moraes desse cargo”, declarou.

A candidata Michelle Bolsonaro (PL) não divulgou compromissos públicos ontem. O **Correio** entrou em contato com a assessoria dela para obter detalhes da campanha, mas não teve retorno até o fechamento desta edição. A deputada federal Bia Kicis (PL) e a senadora Leila do Vôlei (PDT) também não cumpriram agenda pública de campanha ao longo do dia.

CNPJ 00.000.000/0001-91

Extrato Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em Onze de Agosto de Dois Mil e Vinte Seis

2026/26

Em onze de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte minutos, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 533000063-8), no Ed. Torre Matarazzo, 20º andar - Av. Paulista, 1230 - São Paulo (SP), CEP 01310-901, sob a presidência da Sra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida, com participação presencial dos Conselheiros Fabio Franco Barbosa Fernandes, Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Selma Cristina Alves Siqueira, Tarciana Paula Gomes Medeiros e Valmir Pedro Rossi, e, por videoconferência, Elisa Vieira Leonel e Fernando Florêncio Campos. Também participaram, como assessores do Conselho, o Sr. Alexandre Bocchetti Nunes, Diretor Jurídico, e o Sr. Iram Alves de Souza, Auditor Geral, nos termos do art. 18 de seu Regimento Interno. O Conselho de Administração (CA):

- SUMÁRIO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – tomou conhecimento do Sumário Executivo de Atividades da Auditoria Interna referente a jul/2026, tendo o Auditor Geral apresentado os principais pontos do relatório.
- SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES (SRC) – tomou conhecimento da apresentação realizada pelo Banco Central do Brasil acerca dos resultados do processo SRC do Conglomerado BB, referente ao ciclo de supervisão jul/25 a jul/26, realizada pelos representantes do Departamento de Supervisão Bancária (Desup). (...) Foi registrada a presença da Conselheira Tarciana Paula Gomes Medeiros a partir desse momento da reunião.
- ELEIÇÃO DE MEMBRO DO COMITÊ DE RISCOS E DE CAPITAL (CORIS) – elegeu, como membro do Coris escolhido pelos Conselheiros de Administração indicados pela União, nos termos do art. 3º, §1º, I, do Regimento Interno do Coris, para o mandato 2026/2028, em razão do término do mandato do Sr. Walter Eustáquio Ribeiro em 06.05.2026, o Sr. Renê Sanda, a seguir qualificado, em consonância com o art. 21, XVI, do Estatuto Social, e de acordo com o parecer Corem nº 2026/1721, de 08.07.2026, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias.
- Renê Sanda, brasileiro, nascido em 09.03.1964, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Estatístico, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.142.628-05, portador da Carteira de Identidade nº 11.583.184-8, expedida em 21.08.2023 pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 16º andar, Ed. Banco do Brasil, CEP 70.040-912 – Brasília (DF). (...)
- RESULTADO GERENCIAL – tomou conhecimento do resultado gerencial do BB referente ao 1526, do comparativo com os principais pares e da projeção de consumo de crédito tributário, apresentado pelo Diretor de Controladoria, com participação do Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores.
- RESULTADO CONTÁBIL – tomou conhecimento da apresentação acerca das Demonstrações Contábeis do 1526, nos padrões Bacen e IFRS, realizada pelo Diretor de Controladoria, com a participação do Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores.
- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao 1526, apresentado por representantes da KPMG Auditores Independentes. (...)
- RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD) – aprovou os Resumos do Relatório do Coaud referentes às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas no padrão Bacen e Demonstrações Financeiras Consolidadas no padrão IFRS, relativos ao 1526, apresentados pelo Coordenador do Comitê.
- O Conselho de Administração consignou seu reconhecimento e agradecimento ao Sr. Egídio Otmar Ames pela dedicação, comprometimento, profissionalismo e valiosa contribuição durante o período em que exerceu a função de Coordenador do Comitê de Auditoria do BB.
- RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO 1526 – aprovou os Relatórios da Administração nos padrões Bacen/Cosif e IFRS referentes ao 1526.
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1526 – aprovou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas no padrão Bacen/Cosif e as Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas no padrão IFRS, referentes ao 1526. (...)
- PROJEÇÕES DE CAPITAL – tomou conhecimento da apresentação que reportou premissas de projeção de capital, apetite a riscos, projeção de indicadores e medidas de recomposição de capital, realizada pelo Diretor de Gestão de Riscos, com participação do Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos.
- POLÍTICA ESPECÍFICA DE GERENCIAMENTO DE SANÇÕES INTERNACIONAIS / DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO, AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA E À CORRUPÇÃO (PLD/FTP-C) – aprovou i) a criação da Política Específica de Gerenciamento de Sanções; ii) a alteração da PLD/FTP-C. (...)
- RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD) – tomou conhecimento do Relatório do Coaud referente ao 1526. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, da qual eu, Rodrigo Nunes Gurgel, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Conselheiros. Ass.) Anelize Lenzi Ruas de Almeida, Elisa Vieira Leonel, Fabio Franco Barbosa Fernandes, Fernando Florêncio Campos, Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Selma Cristina Alves Siqueira, Tarciana Paula Gomes Medeiros e Valmir Pedro Rossi. Rodrigo Nunes Gurgel - Secretário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 27/08/2026 sob o número 3175023 - Mateus Alves Teixeira - Secretário-Geral.

Nossas Ações são negociadas nas Bolsas de Valores